

Cultura e Patrimônio: o “Caminho das Missões” como patrimônio cultural imaterial¹²

Ingrid Bomfim GONÇALVES³
Larissa Conceição dos SANTOS⁴

Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA (Campus São Borja)

RESUMO

O artigo pretende investigar o patrimônio cultural imaterial da região das Missões e as possibilidades de preservação e promoção do mesmo, tendo em vista que as discussões acerca dos bens intangíveis, ou seja, as expressões do patrimônio cultural imaterial constituem uma temática relevante a ser estudada e debatida, especialmente pela comunicação, pois constitui um modo de ser cultural, econômico e social dos povos que atualmente habitam essa região.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio cultural imaterial; missões *jesuítico-guarani*; valorização patrimonial; comunicação.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na atual sociedade a comunicação ocupa um lugar central, como estruturadora das relações sociais, mas também por seu valor de troca, articulação e de passagem entre os grupos e setores (GONÇALVES, 2018; BRAGA, 2010). A partir disso, é possível articular a comunicação no seu contexto social com os mais variados conhecimentos interdisciplinares, como é o caso da cultura e da valorização do patrimônio (CAUNE, 2008). Para Tylor (2005) cultura é um “todo complexo” que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e todas as demais capacidades e hábitos adquiridos pelos seres humanos na vida em sociedade.

¹Trabalho apresentado na IJ08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

²O presente artigo é parte do estudo realizado para o Trabalho de Conclusão, do Curso de Relações Públicas.

³Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA (Campus São Borja), e-mail: ingridbgoncal@gmail.com.

⁴Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA (Campus São Borja), e-mail: larissa.conceicaos@gmail.com.

Neste sentido, a proposta deste estudo é justamente investigar o patrimônio cultural imaterial da região das Missões, constatando sua relação com o passado *jesuítico-guarani*, ante a relevância da cultura e da comunicação, no contexto do patrimônio cultural.

O artigo foi estruturado através de revisões bibliográficas, abordando temas relacionados ao patrimônio cultural, comunicação, as missões e antigas reduções jesuíticas, o atual processo de valorização do patrimônio missioneiro, com ênfase para os aspectos imateriais, e finalmente apresenta-se o caso do Caminho das Missões e sua potencialidade como expressão do patrimônio imaterial missioneiro.

O PATRIMÔNIO CULTURAL

A palavra patrimônio, assim como memória, dispõe de uma gama de interpretações e definições, podendo assumir diversos sentidos (FERREIRA, 2006; RODRIGUES, 2012). De acordo com Funari e Pelegrini (2009), originalmente a definição da palavra patrimônio estava ligada ao âmbito privado do direito à propriedade, ou seja, relacionado a herança familiar, considerando como patrimônio os bens materiais. Já a concepção de patrimônio cultural, da forma como conhecemos atualmente surgiu no início da revolução industrial. Tal evento colaborou para a ampliação da ideia de patrimônio para além do âmbito histórico, levando em consideração também as realizações intangíveis (NOGUEIRA, 2007).

Segundo Leite (2011), o conceito de patrimônio cultural passou de um discurso “patrimonial” sobre os marcos culturais do passado, para um conceito que define o patrimônio como um conjunto de bens culturais, relativos às identidades grupais, manifestações ou declarações significativas que possibilitem valorizar os vestígios do passado ou da atualidade, as técnicas e a realização. Pode-se dizer então que as manifestações culturais como objetos, monumentos, saberes, conhecimentos, utensílios, etc, acompanhados de sua importância social, econômica, cultural e científica, formam o patrimônio cultural (SOUZA, 2016).

Os bens culturais, por sua vez, representam algo que vai além do “material”, pois neles são depositados sentidos e subjetividades. O sentido de um monumento, caverna, escultura, ser considerado um patrimônio cultural não está apenas em sua materialidade, mas no simbolismo que lhe é concedido (LEITE, 2011).

AS MISSÕES *JESUÍTICO-GUARANI*

A região das Missões do Rio Grande do Sul, assim como do Paraguai, Uruguai e da Argentina, fizeram parte de contextos históricos que marcaram não somente o passado como também ainda hoje refletem no presente.

Ao que diz respeito a história das chamadas Missões *jesuítico-guarani*, pode-se destacar que no processo de amplificação das colônias europeias em meados do século XV, grupos religiosos contribuíram com os governos imperialistas para a tomada de terras e homens, como foi o caso dos jesuítas - uma ordem religiosa itinerante-, os quais faziam parte da Companhia de Jesus, que se denominava como uma ordem católica e moderna, fundada pelo espanhol Íñigo López, o qual em seguida foi canonizado como Santo Ignacio de Loyola (CUSTÓDIO, 2007). A então Companhia de Jesus definiu o “modo de proceder jesuítico” que era guiado pela bondade, respeito, pobreza e autonomia do monasticismo (CUSTÓDIO, 2007).

Desta forma, as Missões Jesuíticas foram parte do projeto de tomada da América, elaborado pelas coroas ibéricas durante os séculos de XVI, XVII e XVIII (VALENZUELA, 2013). A então colonização dos espanhóis na América buscou a catequização e civilização dos povos indígenas que habitavam estes territórios. Nesta situação, os padres jesuítas foram essenciais para a consolidação das chamadas Reduções *jesuítico-guarani*, pois eram os responsáveis pela catequização e pacificação dos guaranis (PINTO, 2011). As reduções segundo Custódio (2007, p.67), “foram assentamentos, onde conviviam dois padres e até seis mil índios”, e conforme Neumann (1996 apud PINTO, 2011, p. 87) , a “redução foi à maneira de empreender a Missão”, ou seja, a redução era construída e constituída através de uma estratégia para facilitar o trabalho dos jesuítas.

As Missões *jesuítico-guaranis* abrangiam os territórios que hoje são parte do Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil (Figura 1).

Figura 1: Localização das Reduções *Jesuítico-guarani*



Fonte: UNESCO (2009).

Segundo Pinto (2011), o processo de fundação das Missões ocorreu em dois ciclos que contribuíram para a constituição de trinta povoados missionários da Província Jesuítica do Paraguai, isto é, no território pertencente ao Paraguai permaneciam os índios *Tupi-guarani*, “povos migrantes, itinerantes, originários da Amazônia, de onde alguns grupos saíram em direção ao sul - entorno do Rio Uruguai -, em busca da ‘terra sem mal’” (CUSTÓDIO, 2007, p.65). Ou seja, esses povos saíam em busca de terras férteis para suas plantações e criações de gado, e onde pudessem desfrutar da tranquilidade. A “terra sem mal” de acordo com Mélia (1988 apud CUSTÓDIO, 2007, p.65), é “ante todo la tierra buena, fácil para ser cultivada, productiva, suficiente y amena, tranquila y apacible, donde los Guaraní puedan vivir en plenitud su modo de ser auténtico”. Foi

então a partir da busca pela “terra sem mal” que foram constituídos os trinta povoados missioneiros.

Conforme Pinto (2011), no primeiro ciclo das Missões foram fundadas reduções no Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil. No segundo ciclo, consolidou-se a fundação na banda oriental do Rio Uruguai dos chamados “Sete Povos das Missões”, atualmente pertencentes ao território do Rio Grande do sul. De acordo com Pinto (2011) fazem parte dos povoados missioneiros no RS: São Francisco de Borja (1682), São Nicolau (1687), São Luiz Gonzaga (1687), São Miguel Arcanjo (1687), São Lourenço Mártir (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo Custódio (1706).

Ao longo do período colonial os povos guaranis que habitavam a região platina, “vales dos grandes rios Uruguai, Paraguai e Paraná, e de seus afluentes” (BARCELOS, 2000, p.98), passaram por diferentes situações, de acordo com Custódio (2007, p.66):

uma parte foi submetida ao regime da encomienda, ou seja, passando a trabalhar nas cidades da colônia espanhola; outra parte entrou para o sistema reducional jesuítico, integrando e construindo as Missões e, uma terceira parcela se manteve à margem deste processo, não se submetendo nem ao regime colonial, nem ao sistema missioneiro.

Em relação a economia rural missioneira, pode-se destacar dois produtos que se configuraram como a base econômica da região, sendo eles a erva-mate e a criação de gado. Para tanto, foram implantados nas áreas das reduções as chamadas estâncias, que são estabelecimentos rurais destinados especialmente à criação de gado bovino, e logo já aproveitaram a área para cultivar os ervais de erva-mate (CUSTÓDIO 2007).

Essa influência do passado nos dias atuais, como por exemplo, o hábito dos gaúchos de tomar chimarrão, criar gado em estâncias, a crença em benzimentos, as letras das músicas ressaltando o chamado “índio missioneiro”, o vocabulário incorporando alguns termos guaranis, ou até mesmo espanhóis, retrata o que pode ser denominado como patrimônio cultural imaterial.

PATRIMÔNIO IMATERIAL DAS MISSÕES

Conforme Gonçalves (2005), em vias de regra o patrimônio é habitualmente “material”, tanto que atualmente foi necessária a criação de uma categoria que caracterizasse o patrimônio como “imaterial” e “intangível”.

Essa categoria foi criada para designar aquelas modalidades de patrimônio que escapariam de uma definição convencional limitada a monumentos, prédios, espaços urbanos, objetos, etc. É curioso, no entanto, o uso dessa noção para classificar bens tão tangíveis e materiais quanto lugares, festas, espetáculos e alimentos. De certo modo, essa noção expressa a moderna concepção antropológica de cultura, na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas. A categoria ‘intangibilidade’ talvez esteja relacionada a esse caráter desmaterializado que assumiu a moderna noção antropológica de ‘cultura’ (GONÇALVES, 2005, p. 21).

Deste modo, pode-se relacionar às simbologias missionárias como parte do que chama-se patrimônio imaterial. Custódio (2007), afirma que ao longo do território missionário a iconografia missionária era extremamente marcante, principalmente em capelas e postos de guarda representada pelas cruzes. Além disso, pode-se destacar questões referentes a imaginária destes povos que se expressavam através da representação iconográfica de santos de madeira policromada ou de pedra que eram feitos tanto por padres como por índios. Esculturas essas que ainda hoje estão expostas nos museus missionários, como é o caso do Museu de São Miguel das Missões e de São Borja. Neste sentido, Pinto (2011, p.90) afirma que “nesse contexto observava-se uma simbiose cultural que misturava representações da iconografia cristã, representações mitológicas e experiências da fauna e da flora”.

Também no campo das simbologias é possível observar imagens que ao decorrer da história foram adquirindo variados contextos e formando novas paisagens simbólicas. Uma delas e talvez a que mais se movimentou foi a cruz missionária, “oriunda de São Lourenço, foi levada ao cemitério de Santo Ângelo e depois colocada na praça de São Miguel” (CUSTÓDIO, 2007, p.74). Diante disso, pode-se destacar que a cruz missionária era utilizada pelos indígenas como símbolo do bem contra o mal, onde os quatro “braços” da cruz representavam a proteção em dobro, e até os dias de hoje é vista como elemento identitário da região das missões.

Figura 2: Monumento “Orgulho de ser Missioneiro” no Cais do Porto na cidade de São Borja.



Fonte: Portal das Missões.

VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO MISSIONEIRO

Em virtude da Guerra Guaranítica e a exclusão dos padres, o grupo jesuíta se desestabilizou, sendo assim, suas terras foram ocupadas por novos indivíduos, seus bens abandonados e suas fronteiras remarcadas (CUSTÓDIO, 2007). Com isso e com a ajuda devastadora do tempo e da ação humana, seus monumentos, igrejas, costumes e etc, se transformaram em ruínas e somente com o processo de valorização que novas iniciativas restaurativas começaram a recompor a imagem de algumas ruínas (CUSTÓDIO, 2007).

Deste modo, segundo Meira (2007), o que sobrou das antigas reduções *jesuítico-guaranis* tanto em questões materiais como os resíduos arqueológicos, as ruínas e as esculturas de pedra, como também as referências culturais herdadas, estão sendo muito significativos para a ampliação dos conceitos de preservação patrimonial no Brasil.

Porém, para que a preservação e a valorização do patrimônio se concretize é necessário que haja a conscientização e a iniciativa dos órgãos responsáveis, conselhos, representações públicas e principalmente da comunidade em geral. Para isso, a UNESCO trabalha impulsionada pela Convenção de 1972 para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, e difundiu inúmeras campanhas internacionais para a salvaguarda do

patrimônio cultural, inclusive no Brasil, Argentina e Paraguai para proteger as missões jesuíticas e guaranis (FUNARI, PELEGRINI, 2009). Entretanto, os princípios de uma política de preservação devem ir além de preservar os bens patrimoniais em si, mas sim precaver a deterioração do bem, e para isso é necessário “questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio” (TOMAZ apud FONSECA, 1997).

O então SPHAN atualmente IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cidadania e responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Compete ao IPHAN salvaguardar e promover os bens culturais do País, viabilizando sua permanência para as gerações presentes e futuras, responder pela conservação, restauração, fiscalização, catalogação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - (UNESCO).

Deve-se destacar que as missões remanescentes de São Miguel Arcanjo são declarados como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO, reconhecidas como lugar histórico e tombadas como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo IPHAN (IPHAN). Porém as questões em relação ao patrimônio intangível das missões ainda são pouco exploradas, tendo em vista que as manifestações em relação a imaterialidade do território das missões também são capazes de desencadear um imaginário e pertencimento ao passado *jesuítico-guarani*. Os caminhos trilhados, a música, os ritos e rituais herdados, os saberes e fazeres, são expressões simbólicas capazes de auxiliar na construção de uma “identidade missioneira”, que segundo Vitor (2016), existe porém não é algo que possa ser dado aos habitantes da região das Missões, mas sim deve ser construído e legitimado para que se caracterize como forma de pertencimento dos indivíduos que residem nestas regiões, ou seja, segundo Dias (apud VITOR, 2016, p. 5) “nesse contexto, patrimônio e identidade se misturam na medida em que patrimônio simboliza a identidade cultural de uma comunidade, pois ao se identificarem com aquele, os membros do grupo compartilham simbolismos e significados”.

Outro elemento que vale destaque neste estudo, é a música, a qual também é uma importante expressão do patrimônio cultural imaterial missioneiro (VITOR, 2016). A música esteve presente no período reducional e fazia parte do dia a dia dos jesuítas, obviamente em um estilo de música erudita (VITOR, 2016). Entretanto, a partir do século XX a música ganhou uma roupagem mais tradicionalista, relacionando o missioneirismo com o gauchismo, cantando o índio, o costume de tomar mate, as criações de gado, a terra vermelha ou “tierra roja” e os costumes destes povos antigos.

Além disso, segundo Pinto (2011):

No que se refere ao patrimônio imaterial missioneiro, as festas e celebrações destacam-se pela quantidade e diversidade de ocorrências, como: gauchescas; religiosas; étnicas; naturais; agropecuárias; artísticas; culturais; gastronômicas; natalinas. Os principais rituais são visualizados na comunidade Mbya-Guarani de São Miguel das Missões. Entre os espaços de práticas culturais coletivas, salientam-se os grupos de dança, música, orquestras (germânicas; polonesas; Mbya-Guarani, italianas, afro-descendentes), teatro, pintura, artes plásticas e visuais missioneiras. Já as formas de expressão identificadas nas Missões, como literatura, musicalidade, artes cênicas, artes plásticas, voltam-se para a essencialização e estereotipia da cultura missioneira.

Vale ressaltar que o IPHAN inscreveu, em dezembro de 2014, o bem imaterial “Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani” no Livro de Registro de Lugares.

Para os Guarani-Mbyá, a Tava é um local onde viveram seus antepassados, que construíram estruturas em pedra nas quais deixaram suas marcas, e parte de suas corporalidades, por conter os “corpos” dos ancestrais que se transformaram em imortais; onde são lembradas as 'belas palavras' do demiurgo Nhanderu. Nesses locais, é possível vivenciar o bom modo de ser Guarani-Mbyá e esse modo de viver permite tornar-se imortal e alcançar Yvy Mara Ey (a Terra sem Mal) (IPHAN).

Partindo dessa premissa é necessário perceber este cenário como um novo agente potencializador cultural da região das Missões. Alguns empresários já se apropriaram destes bens imateriais da região, como é o caso da Operadora de Turismo Caminho das Missões⁵, que tem sede em Santo Ângelo e agenda caminhadas, trilhas e roteiros percorrendo as antigas trilhas *jesuítico-guarani*, o que de alguma forma movimentou a

⁵ Página do Facebook Caminho das Missões. Disponível em: <<https://www.facebook.com/caminhodasmissoes/>>. Acesso em: Maio de 2019.

economia local tanto do meio urbano quanto rural, já que as caminhadas são realizadas no interior dos municípios. E também impactam na economia dos indígenas que têm a oportunidade de vender seus trabalhos para os peregrinos e mostrar a sua cultura que é pouco lembrada (Figura 3).

Figura 3: Folder turístico do Caminho das Missões



Fonte: Caminho das Missões.

Conforme exposto no texto do folder, pode-se dizer que o trajeto do caminho das missões também simboliza o patrimônio imaterial missioneiro, embora não seja reconhecido como tal. Ou seja, um caminho “não é somente a soma de diversos elementos: lugarejos, paisagens culturais, sítios, mas sim aquilo que realmente incorpora o espírito intangível e histórico que une estes elementos em um todo” (UNESCO, 2009).

Das antigas trilhas guaranis, passando pelos caminhos missioneiros e depois as velhas estradas dos tropeiros é que se orientou e traçou o caminho que ora se apresenta como uma jornada, seja de peregrinação mística, tradição, lazer, pesquisa ou esporte. O percurso indicado, segue naturalmente a mesma orientação dos antigos caminhos missioneiros – hoje relativamente modificadas pela ação do homem e suas necessidades de exploração do espaço – segue também, pontos de interesse que servem como referenciais históricos e místicos para o caminhante (CAMINHO DAS MISSÕES).

Entretanto, é necessário o questionamento quanto ao papel dos órgãos públicos dos municípios no processo de valorização deste patrimônio intangível, e, mais do que isso, na divulgação para os moradores, pois muitos não tem conhecimento de tão vastos patrimônios imateriais existem em suas cidades. Com isso, a área do patrimônio poderá contar não apenas com o olhar de arquitetos e engenheiros como também de historiadores, jornalistas e comunicadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou investigar o Patrimônio Cultural Imaterial da região das Missões do Rio Grande do Sul e as possibilidades de preservação e promoção do mesmo. A partir do estudo, constatou-se que o Patrimônio Imaterial desta região ainda é pouco conhecido, explorado e estudado, o que demonstra a relevância em pesquisar essa temática, tendo em vista que o Patrimônio Cultural Imaterial, assim como o material, constitui um modo de ser cultural, econômico e social dos povos que habitam a região das Missões. Em relação a promoção desses bens imateriais, pode-se relacionar com a questão da divulgação, que pode ser feita pelos próprios órgãos públicos, principalmente pelo setor de comunicação das prefeituras e secretarias de cultura, geridos por profissionais, como é o caso dos relações-públicas, ou seja, divulgar, difundir informações acerca do patrimônio imaterial da região das missões, sobre os saberes, fazeres, lugares históricos, músicas, paisagens culturais, caminhos *jesuítico-guaranis*, etc, e além disso despertar o pertencimento e empoderamento da comunidade com esse patrimônio, para que ele seja valorizado e visto como tal, mesmo não sendo registrado, inventariado ou tombado.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, A. H. F. **Os Jesuítas e a ocupação do espaço platino nos séculos XVII e XVIII.** Revista Complutense de Historia de América ISSN: 1132-8312 2000, 26: 93-116.

BRAGA, J. L. **Nem rara, nem ausente - tentativa**. In: Matrizes, Ano 4, n. 1, jul-dez. 2010.

CAMINHO DAS MISSÕES. **Roteiros turísticos**. Disponível em: <<http://www.caminhodasmissoes.com.br/>>. Acesso em: Abril de 2019.

CAUNE, J. **As relações entre cultura e comunicação**: núcleo epistêmico e forma simbólica. Líbero, XI, n. 22, dez. 2008.

CUSTÓDIO, L. A. B. **Missões**: patrimônio e território. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

FERREIRA, M. L. M. **Patrimônio**: discutindo alguns conceitos. Maringá: Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol. 10, núm. 3, 2006.

FUNARI, P. P. PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2009.

GONÇALVES, C. R. A. **Comunicação para Políticas Culturais**. Jaguarão: CLAEC, 2018.

GONÇALVES, J. G. S. **Ressonância, materialidade e subjetividade**: as culturas como patrimônios. Porto Alegre: Horizonte Antropológico, v. 11, n. 23, 2005.

IPHAN - **A atuação do IPHAN nas Missões**. In: IPHAN. Tava Miri São Miguel Arcanjo, Sagrada Família Aldeia de Pedra: os Mbyá-Guarani nas Missões. Porto Alegre: IPHAN, 2007.

LEITE, É. **Turismo cultural e patrimônio imaterial no Brasil**. São Paulo: Ed. INTERCOM, 2011.

MEIRA, A. L. G. **A trajetória do IPHAN nas Missões**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

NOGUEIRA, A. G. R. **Inventário e patrimônio cultural no Brasil**. São Paulo: História, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007.

PINTO, M. **A construção da Identidade Missioneira no Rio Grande do Sul e as Políticas Culturais no Sul do Brasil**. Dissertação de Mestrado, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jsui/handle/11624/301>>. Acesso em: Maio de 2019.

PORTAL DA MISSÕES. **Imagens**. Disponível em: <<http://www.portaldasmissoes.com/>>. Acesso em: Abril de 2019.

RODRIGUES, M. **Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo**. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, M. A. F. **A revitalização do museu de arte de Santa Maria: História, Memória e Patrimônio Cultural**, 2016.

TOMAZ, P. C. **A preservação do Patrimônio Cultural e sua trajetória no Brasil**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. v. 7, ano VII, n. 2, 2010.

TYLOR, E. **A ciência da cultura**. Ed. Expresso Zahar, 2014.

VALENZUELA, T. S. **Jogos e ensino de História: uma proposta de reconhecimento do patrimônio cultural dos 7 povos das missões**, 2013.

UNESCO. BRASIL. ARGENTINA. **Anteprojeto de Itinerários do Mercosul**. Salvador, Brasil: UNESCO, 2009.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris: Unesco, 1972.

VITOR, A. G. **O Patrimônio Cultural Imaterial da região das Missões**. São Luiz Gonzaga, 2016.